

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: SUJEITOS E PROCESSOS FORMATIVOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Teacher training human and Social Sciences: subjects and formative processes for field education

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo principal proporcionar reflexões acerca da contribuição dos professores das Ciências Humanas e Sociais para a educação do campo. Portanto, em um primeiro momento, viso discutir como os grupos sociais do campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se organizaram e compreenderam que a luta pela terra necessita ser conjunta à luta pela educação. Deste modo, compreendo que a formação de professores para atuar juntamente com os movimentos sociais discutindo a importância do ensino e pesquisa serem atrelados tornou-se objetivo primordial neste trabalho. Como metodologia, propus discutir Florestan Fernandes e Paulo Freire como exemplos de professores pesquisadores que estiveram em constante luta por uma educação gratuita e de qualidade. No atual contexto em que a educação caminha cada vez mais para se tornar mercadoria, é necessário que as Ciências das Humanidades ocupem o espaço que as cabe de dizer não à privatização e a questionar os programas elaborados pelo governo e o tipo de educação que querem propor para lidarmos em sala de aula. Sendo assim elementos como a subjetividade e a objetividade na construção do ensino e da pesquisa se fazem significativos para pensarmos a formação de professores engajados e que lutem pela emancipação do homem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciências Humanas. Ciências Sociais. Formação de Professores. Educação de qualidade.

**ABSTRACT:** This article has as main objective to provide reflections on the contribution of the professors of the Human and Social Sciences to the education of the field. Therefore, in a first moment, I intend to discuss how the social groups of the field, especially the MST (Movement of the Landless Workers) organized and understood that the struggle for land needs to be joint to the struggle for education. In this way, I understand that the training of teachers to work together with social movements discussing the importance of teaching and research being linked has become a primary objective in this work. As a methodology, I proposed to discuss Florestan Fernandes and Paulo Freire as examples of research professors who have been in constant struggle for a free and quality education. In the current context in which education increasingly moves to become a commodity, it is necessary that the Sciences of the Humanities occupy the space that can not be said of privatization and question the programs elaborated by the government and the type of education they want to propose to deal with in the classroom. Thus, elements such as subjectivity and

---

<sup>1</sup>Doutoranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Vinculada à Linha de Pesquisa de Trabalho e Movimentos Sociais. Email: [joohieda@hotmail.com](mailto:joohieda@hotmail.com).

objectivity in the construction of teaching and research become significant for thinking about the formation of teachers engaged and who fight for the emancipation of man.

**KEYWORDS:** Human Sciences. Social Sciences. Quality education

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto visa discutir qual o papel em que as Ciências Humanas e Sociais vêm adquirindo ao longo dos anos referente a formação de professores para a educação do campo. Sendo assim, num primeiro momento, discutirei acerca do que é a educação do campo numa perspectiva humanista relacionada às Ciências das Humanidades e após; discutirei o papel do professor na relação objetiva e subjetiva com o ensino e a pesquisa, enquanto contribuinte para a formação humana crítica e a emancipação social.

## 2 DISCUSSÃO TEÓRICA

A educação do campo surge do contexto em que os povos do campo compreenderam que não conseguiam espaço nas escolas da cidade por alguns motivos. Roseli Salette Caldart (2003, p.7) elenca dois principais motivos que aparecem em diversas obras que discutem educação do campo. O primeiro refere-se à falta de conteúdos que seja condizente à realidade do campo. Não há o ensino de fatos relevantes que contribuam para a experiência na vida do campo, o que faz com que muitas pessoas ainda jovens, desistam de estudar por não se enxergar pertencente ao ambiente escolar. O segundo ponto, não menos importante para a discussão, é o fato de que o campo quando aparece nos assuntos discutidos em sala de aula, normalmente é visto em comparação com a cidade.

Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. (CALDART, 2003, p.5)

Atribui-se o arcaico, o atrasado, ao campo; enquanto a cidade é vista como propulsora de desenvolvimento e modernização. Sendo assim, aqueles que vivem no campo são atribuídos como “jecas, caipiras, colonos”.

Deste modo, a luta pela educação do campo surge dos próprios camponeses que estão em busca de um espaço na sociedade em que também fazem parte. Desde a década de 1990 que os movimentos sociais do campo, juntamente com a Universidade de Brasília (UNB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e demais órgãos se reuniram para reivindicar as escolas do campo. Mas foi em 1998 na I Conferência em Educação básica do campo que se efetivou a luta por políticas públicas. Realizados diversos encontros e conferências, os camponeses optaram por retirar a palavra “básica” da luta pela educação, pois, não se tratava apenas de conseguir a educação básica, mas também o acesso à graduação e à pós-graduação. Atualmente, como resultado da luta de anos dos camponeses, há mais de cinquenta universidades conveniadas que realizam cursos voltados à educação do campo.

Dentro deste contexto de luta, a educação do campo é vista como política pública, afinal, a educação é um direito universal. Porém, como a educação do campo não foi pensada de cima para baixo, mas, como decisão dos camponeses em lutar por uma educação que lhes representasse, que fossem vistos como sujeitos históricos, a educação do campo possui especificidades que se diferenciam de uma “educação bancária” - termo utilizado por Paulo Freire, para designar os professores que apenas depositam conhecimento sem que haja relação de troca de aprendizagens com seus alunos.

Para tanto, uma questão se fez fundamental, qual é o campo da educação do campo? O primeiro fato a ser defendido pelos movimentos sociais, em específico, o MST - Movimento dos Sem Terra, é que o campo é um campo de luta. Por isso, a escola não deveria formar sujeitos passivos, mas, seres atuantes em seu território.

Há dois fatores fundamentais para os camponeses: terra e trabalho. Não há possibilidade alguma de pensar em educação do campo e não ter estes dois temas como vinculados e fundamentais para a realidade destes trabalhadores.

A terra é onde o camponês deposita sua força produtiva que é o trabalho. Diferentemente do chão da fábrica em que o trabalhador deixa sua força de trabalho para quem o contrata; a agricultura familiar é o trabalho efetuado para a permanência da família, a terra não é vista como lucro, mas o ambiente de viver e a construção do trabalho. Isso de fato ainda é imperceptível para algumas pessoas que vivem na cidade. Ainda hoje, a luta pela expropriação de terras de grandes latifundiários e a demarcação de terras para os indígenas, tem atribuído para algumas pessoas motivos para caracterizar os povos do campo como seres “não-produtivos”, entre demais

apelidos preconceituosos, resultantes da falta de conhecimento do que é a vida e o trabalho no campo. Afinal, a produção em grande escala e a monocultura não é característica dos povos do campo, mas sim do agronegócio.

Dito tudo isso referente à educação do campo, parto para a segunda parte deste texto que visa discutir o papel da formação do educador e a construção de sua pesquisa como contribuintes para a transformação social. Diante de tais discussões acima sobre as especificidades da educação do campo, torna-se claro que o profissional para atuar em tal realidade deve ter também características próprias dessa forma de educação. Portanto, gostaria de salientar dois autores que foram pesquisadores militantes pela luta da educação em uma perspectiva humanista e que são constantemente citados em trabalhos de demais pesquisadores como Miguel Arroyo, Roseli Caldart, José Lombardi, Saviani, entre demais que se dedicam à educação do campo.

Pensar em educação numa perspectiva classista é retomar nomes como o de Florestan Fernandes e Paulo Freire. Ambos não apenas escreveram, mas viveram suas vidas baseados na verdade em que tinham de que uma vida diferente a da expropriação do trabalho era possível.

Florestan Fernandes começou desde cedo trabalhar para ajudar sua mãe que era empregada doméstica com as despesas de casa, por isso, a experiência de trabalho não era algo que pairava sobre seus estudos, era uma realidade que foi vivenciada desde muito jovem. Este pesquisador e cientista social modificou o cenário da Sociologia no Brasil. Tornou-se professor em uma das Universidades mais bem conceituadas da época em nosso país, a Universidade de São Paulo (USP). Implantou uma nova noção do ensino de Sociologia, não apenas como categorias analíticas, mas, uma Sociologia crítica, implicando na função política que esta disciplina contém. A ideia principal do trabalho de Florestan era identificar que para escrever sobre sujeitos históricos era necessário sairmos do ambiente acadêmico e atribuímos sentidos às nossas pesquisas. Não era apenas escrever a respeito, mas vivenciar e lutar ao lado destes sujeitos.

Assim como Florestan, Paulo Freire é lembrado por seus escritos, mas também por suas ações. Paulo Freire construiu diversas formas pedagógicas para identificar que o estudo não é apenas objetivo, mas, deve corresponder às características subjetivas dos educandos. Sendo assim, não tem possibilidade de o professor ser uma pessoa que vive sem pesquisa. Porém, compreendo assim como Paulo Freire,

que nossas pesquisas devem ser para além das estantes da biblioteca, mas reais, de acordo com sujeitos históricos que possam ler nossos trabalhos e identificar nestas suas realidades e através disso discutir e transformar a realidade.

Fazer a História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representando. Pobre do povo que aceita, passivamente, sem o mais mínimo sinal de inquietação, a notícia segundo a qual em defesa de seus interesses, “fica decretado que, nas terças-feiras, se começa a dizer boa noite a partir das duas horas da tarde”. Este será um povo puramente representado, já não presente na História. (FREIRE, 1989, p.24)

Para estes autores a pesquisa deve ter uma manifestação política e clara. A neutralidade significa a escolha de um lado, e este lado não representa a maioria das pessoas.

Empresto destes dois autores algumas noções das quais tantas outras discutiram ao longo de suas vidas, para exemplificar o contexto do ensino e da Pesquisa para a educação do campo. Identifico como primordial a seguinte questão: o conhecimento que exercitamos na academia, tem servido à quem? Se a nossa opção não tiver em nenhuma medida contribuído com os movimentos sociais e para as minorias, então, nossa pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais não alcançou sua principal função, que é escrever a história destes sujeitos que em muitas vezes são vistos apenas como números.

De acordo com tal perspectiva, retomo o objetivo deste texto citando um dos autores que mais contribuiu com os sujeitos populares ao longo da História. Marx, ao executar seu plano de estudos acerca do capitalismo, identificou que era necessário não apenas escrever sobre a Economia, mas, compreender o que de fato esta executava na vida das pessoas de seu tempo. Sua análise foi de extrema importância que até nos dias atuais, podemos utilizá-las para remetermos exemplos cotidianos.

Assim como as demais profissões, algumas pesquisas acadêmicas têm se tornado mercadoria. No sentido em que há elaboração de cunho científico apenas para exercitar aquilo que o mercado propõe, sobre a justificativa de que é necessário “neutralidade” ou “objetividade”, alguns profissionais das áreas das Ciências Humanas e Sociais tem deixado de lado aquilo que nos é específico, os sujeitos históricos.

No texto “Engajamento” de Eric Hobsbawm (2013) que está em seu livro “Sobre História” discute que aqueles que alegam neutralidade já possuem uma escolha, e que essa escolha não é pelas minorias. Há um papel fundamental das pesquisas

realizadas que é o de constatar a atual realidade juntamente com possibilidades críticas de mudanças. Portanto, neste texto não escrevo sobre qualquer forma de pesquisa, mas a pesquisa engajada, do pesquisador que além de executar em seu laboratório de estudos, efetiva-se como educador.

Como ser um bom educador sem ser um sujeito historicamente ativo? Não é possível. Desde o tema de pesquisa que escolhemos, expomos nossa visão de mundo e à quem de fato queremos trazer para o campo de análise.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, há uma disputa científica acerca da Objetividade. Durante o século XIX os historiadores positivistas alegavam neutralidade e relacionavam a escrita da História com a exposição in loco dos documentos oficiais, ignorando outros métodos de se fazer História. Portanto, realizar pesquisas mesmo que nas Ciências Humanas e Sociais é encarar também um campo de disputas sobre métodos e escolhas. As pesquisas relacionadas a trabalhadores e movimentos sociais têm contribuído neste sentido em demonstrar que a erudição não significa conceitos teóricos abstratos, mas, conseguir de fato compreender o movimento dialético da História na vida das pessoas.

Marc Bloch (2001) começa seu livro “Apologia da História: ofício do Historiador” com uma pergunta de seu filho: “Pai, para que serve a História?” o autor revela que uma pergunta simples, vindo de seu filho sem nenhuma intenção destrutiva, o colocou a pensar e a escrever um dos mais célebres livros sobre teoria da História. O que o autor nos chama atenção é que não existe conhecimento histórico sem que haja uma leitura crítica do historiador sobre a realidade e sua real intenção de intervir. Não escrevemos apenas por escrever; mas há uma função moral em nosso ofício, que é a de escrever por aqueles que muitas vezes não tiveram espaço para serem vistos como sujeitos históricos.

Portanto, há uma união entre professores das áreas de ciências humanas e sociais dos quais tem valorizado os sujeitos comuns. E de acordo com as pesquisas realizadas, é possível enxergar que embora partindo de uma concepção de luta de classes, há especificidades que contém cada identidade da classe que não é homogênea. Se há uma mídia hegemônica que serve como aparelho privado de hegemonia como destacou Gramsci (2001), que tenta cada dia mais inviabilizar a luta dos movimentos sociais do campo os caracterizando como baderneiros, desocupados, como se não tivessem um projeto para o campo; há em contrapartida vários pesquisadores que debruçam em escrever trabalhos originados com esses

sujeitos para identifica-los como seres pensantes e atuantes no atual contexto. Importante salientar que parto da mesma concepção de Gramsci sobre intelectuais orgânicos, ou seja, não se remete apenas àqueles que possuem vínculos acadêmicos, mas aqueles que mediante a compreensão da realidade a criticam e enxergam possibilidades de mudanças e então, visam discutir isso com as demais pessoas.

Outro fator que tem contribuído com a história dos sujeitos comuns é a história oral. Para além de entrevistas, este método permite a gravação de documentários, produções de vídeos, filmes e demais mecanismos que conseguem contribuir para um resultado eficiente das pesquisas de forma que seja possível chegar para a comunidade pesquisada e para as demais pessoas interessadas no assunto. É uma ferramenta importante para os educadores se apropriarem em suas aulas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, gostaria de finalizar este texto com um termo que muitas vezes foi considerado ausente nas pesquisas de Ciências Humanas e Sociais, a experiência. Edward Palmer Thompson caracteriza que a experiência não é apenas os modos de vida das pessoas, mas também seus modos de luta. Aquilo que incorporam como sendo práticas significativas entre os trabalhadores. Aqui podemos lembrar de algo presente e significativo para os trabalhadores do MST, a mística. Compreender a função política e social da mística é também compreender a luta pela terra destes trabalhadores. Não é apenas um ritual por mera causalidade, e sim, um espaço repleto de sentidos em que vários destes trabalhadores encaram como algo presente no seu dia-a-dia. Compreender estes significados é observar o fazer-se da classe trabalhadora.

Por isso, não nos cabe realizar qualquer pesquisa ou sermos qualquer tipo de professor é necessário que nossas pesquisas e nosso processo de ensino aprendizagem estejam vinculados às Ciências Humanas e Sociais e sigam seu objetivo principal de estarem engajadas; conhecerem os modos de vida e de luta dos trabalhadores do campo e a partir de suas experiências, juntamente com eles, contribuirmos para a transformação social, que só é possível partindo da luta da classe trabalhadora.

#### 4 REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALDART, Roseli. A escola do campo em movimento. In: ***Currículo sem Fronteiras***, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli S. **Intencionalidades na Formação de Educadores do campo**. ITERRA; Veranópolis, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer? Teoria e prática em educação popular**. Editora Vozes: Petrópolis, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere- Americanismo e fordismo**. In: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. **A sociologia de Florestan Fernandes**. Estudos Avançados 10 (26), 1996.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas; 1845-1846**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Florestan Fernandes e a educação**. Estudos Avançados 10 (26), 1996.

THOMPSON, Edward P. **A situação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987-1989.

Data de Recebimento: 03/11/2017   Data de Aprovação: 05/12/2017
---